



O Acesso à Justiça no Brasil: Desafios e Avanços na Era da Informação

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Alice Maria Dias De Macedo Fragoso
Erica Machado Da Silva Pereira

Categoria do Trabalho

1

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

O Relatório Geral de Mauro Cappelletti e Bryant Garth, no projeto "Acesso à Justiça", trouxe uma reflexão crítica sobre as barreiras que impedem a efetiva participação dos cidadãos no sistema judicial. Os autores apontam três ondas de reformas, destacando a necessidade de eliminar obstáculos econômicos e sociais no acesso à justiça, bem como a excessiva formalidade, que vai de encontro à educação oferecida à população. No Brasil, esse desafio é abordado de forma direta pela Constituição Federal de 1988, especialmente nos incisos XXXV e LXXIV do Artigo 5º que garantem, a todos, o direito de acesso ao Judiciário e à assistência jurídica gratuita para quem não possui recursos. Embora a Defensoria Pública desempenhe um papel fundamental nesse processo, ainda há dificuldades, como a insuficiência de defensores em diversas regiões do país, além do desconhecimento da sociedade, frente aos seus direitos.

Objetivo

A criação do Sistema Multiportas tem como objetivo, ampliar as opções para resolução de conflitos por meio de métodos alternativos, como a mediação e conciliação, facilitando a desjudicialização e a celeridade processual. Com isso, assegura-se que pessoas em situação de vulnerabilidade tenham condições adequadas para acessar o sistema de Justiça.

Material e Métodos

Consolidado pelo Código de Processo Civil (CPC) e pela Resolução nº 125/2010 do CNJ, o acesso à Justiça, mais especificamente em seu artigo 98 do CPC, que trata da gratuidade da justiça, reforça o princípio de que o acesso ao Judiciário deve ser garantido a todos, independentemente da condição econômica. Além disso, os Artigos 165 e seguintes do CPC promovem o uso de meios consensuais para resolução de conflitos, demonstrando um compromisso com a eficiência e a simplificação dos processos. O modelo multiportas, ao integrar diferentes métodos de solução de disputas, permite maior flexibilidade, reduzindo a sobrecarga do sistema judicial e promovendo justiça mais inclusiva. O caminho para isso envolve tanto o fortalecimento dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos quanto a plena realização dos princípios constitucionais de acesso, isonomia e gratuidade da justiça.

Resultados e Discussão

PROCESSO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O DIREITO PROCESSUAL NO AMPARO À CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



O Brasil, embora tenha avançado em garantir o acesso à justiça, ainda enfrenta desafios significativos, como a desigualdade no atendimento das regiões mais carentes. O Relatório Geral de Mauro Cappelletti e Bryant Garth continua a ser uma referência crítica para pensar o acesso à justiça, especialmente em países com uma realidade social tão complexa como o Brasil. O sistema busca atender as necessidades de um público variado, desde questões empresariais, comerciais, até conflitos individuais de menor monta, através dos Juizados Especiais, da Política Nacional de Tratamento de Conflitos e das diretrizes das Regras de Brasília, mas ainda precisa enfrentar desafios estruturais para tornar o acesso à justiça verdadeiramente igualitário e efetivo para todos.

Conclusão

Em suma, as ferramentas previstas na legislação, como a mediação e a conciliação, bem como o fortalecimento da Defensoria Pública e a aplicação das Regras de Brasília, são essenciais para democratizar o acesso à justiça e garantir que todos os cidadãos tenham seus direitos devidamente protegidos.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Regra de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade. Brasília, DF: CNJ, 2008. Disponível em <https://www.anadep.org.br/wtksite/100-Regras-de-Brasilia-versao-reduzida.pdf>. Acesso em 01/09/2024

BRASIL. Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 mar. 2015

BRASIL. Lei n.º 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 jun. 2015

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n.º 125, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário. Diário da Justiça, Brasília, DF, 1 dez. 2010